

# **PROJETOS EXTRACURRICULARES DE ESCOLAS RURAIS E SUA RELAÇÃO COM AS NECESSIDADES SÓCIO-AMBIENTAIS DA POPULAÇÃO CAMPONESA**

**Ana Cecília Oliveira Silva<sup>1</sup>**

**Florence Rocha Verçosa Pereira<sup>2</sup>**

## **1 APRESENTAÇÃO**

As reflexões que apresentamos neste texto fazem parte de uma investigação das escolas municipais rurais de Uberlândia-MG realizada durante os anos de 2009 e 2010, no âmbito do grupo de pesquisa “Trabalho, Educação e Sociedade”, vinculado ao Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UFU. Analisamos alguns projetos extracurriculares desenvolvidos nestas escolas, buscando identificar conteúdos e metodologias relacionadas ao meio rural, ao trabalho no campo e às necessidades sócio-ambientais vivenciadas no cotidiano desta população.

Tomamos como referência os projetos que nos pareceram de alguma forma privilegiar a especificidade da escola rural, envolvendo educação ambiental, trabalho no campo, explorando o espaço sócio - cultural - ambiental em que a escola está inserida. Abordamos também a concepção dos investigados acerca do Projeto Político Pedagógico e do currículo da escola para atender às especificidades do campo. Essa pesquisa não se propôs a uma análise detalhada dos objetivos dos projetos desenvolvidos nas escolas, apresentamos um panorama geral dos projetos.

Os instrumentos de construção de dados utilizados foram: entrevista semi-estruturada aplicada aos diretores das instituições<sup>3</sup> em visitas agendadas, pesquisa nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP's) e nas páginas virtuais das escolas disponíveis no portal da Prefeitura. Apresentaremos então os projetos que tivemos acesso por estes meios, todos circunscritos no período de 2005/2010. A investigação realizada a partir

---

<sup>1</sup> Psicóloga graduada pela Universidade Federal de Uberlândia. Mestre em Educação pela UFU. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da USP-RP. Contato: anacecilia1985@gmail.com

<sup>2</sup> Cientista Social formada pela UFU, Mestranda em Ciências Sociais pela UFU e membro do grupo de pesquisa: Trabalho, Educação e Sociedade – GPTES/UFU. Contato: rv.flor@yahoo.com.br

<sup>3</sup> As entrevistas foram gravadas com posterior transcrição literal, das quais citamos trechos que contribuem para a compreensão do exposto. Os nomes dos entrevistados foram omitidos por motivo de sigilo profissional e utilizamos nomes de flores para de forma singela referirmos a eles.

destes instrumentos resultou no levantamento que apresentamos a seguir e que será posteriormente problematizado.

Na sessão “Contradições sociais no campo e o desenvolvimento do município de Uberlândia”, situamos os limites destes projetos no enfrentamento de questões próprias do espaço sócio-cultural-ambiental em que a escola está inserida. E na sessão “Desenvolvimento sustentável e capitalismo”, analisamos criticamente a concepção de desenvolvimento sustentável que está implícita na idealização de tais projetos e o caráter intrínseco da produção dos impactos ambientais no modo de produção capitalista. Por fim, apontamos para a necessidade de um projeto de escola do campo que se comprometa com a superação da precarização social e ambiental que se impõe à reprodução da vida neste espaço.

Participam da pesquisa cinco de treze escolas municipais rurais de Uberlândia-MG, escolhidas segundo critérios, a saber: localização, uma distante e uma próxima à sede do município; perfil da clientela atendida – escolas que agregam basicamente trabalhadores rurais assalariados, o que é comum na grande maioria dos alunos das escolas, e também aquelas que atendem alunos que participam de algum movimento social de luta pela terra; uma escola que está localizada em distrito.

Com estes critérios em mente e de acordo com a disponibilidade manifestada por cada escola para participar do trabalho, fizeram parte desta pesquisa: a escola Leandro José de Oliveira, por ser a mais distante do centro urbano e abranger uma área com vários acampamentos e assentamentos de reforma-agrária; a escola do Moreno, por sua proximidade com o centro urbano e por ter clientela composta basicamente por trabalhadores rurais assalariados e sitiantes; a escola Dom Bosco, também próxima à zona urbana, e localizada numa área de conflitos por terra; a escola José Marra da Fonseca, localizada num distrito do município de Uberlândia, o de Cruzeiro dos Peixotos; e a escola de Sobradinho, localizada dentro do Instituto Federal do Triângulo Mineiro, atendendo alunos filhos de funcionários, de trabalhadores rurais assalariados e moradores de chácaras da região.

## **2 OS PROJETOS EXTRACURRICULARES DAS ESCOLAS**

### **2.1 Projetos da escola Leandro José de Oliveira**

A entrevista nesta escola, por incompatibilidade de horários com o diretor, foi desenvolvida com a supervisora, o que não foi considerado um problema para a investigação.

A escola Leandro lançou junto com a Prefeitura Municipal, o Dmae – Departamento Municipal de Água e Esgoto e a ONG IAT – Instituto de Artes Cultura e Ciência do Triângulo um livro com produções dos alunos intitulado “Água Viva – Arte, Prosa e Verso na Educação Ambiental”, em 2005. O livro é o resultado de um projeto interdisciplinar com o objetivo de conscientizar sobre a necessidade de preservação da água e envolveu várias atividades, dentre elas: uma visita às estações de tratamento de Água do Dmae, trabalho de campo na nascente do Córrego das Antas, um afluente do Rio Douradinho, que fica próximo à escola, criação de novos canteiros na horta da escola, e apresentação teatral da obra “Era uma vez um rio” de Martha Azevedo Pannuzio. Foram publicados os desenhos e textos produzidos pelos alunos nas categorias de paródia, poema, jogral, peça teatral.

Outro projeto de destaque desenvolvido na escola foi o Programa Semeando, do governo de Minas, desenvolvido pela Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar Minas). Este programa tem como objetivo: “Contribuir para a formação ambiental dos estudantes, a partir da compreensão da estreita relação existente entre os meios urbano e rural e dos valores da cidadania, da preservação e da utilização racional dos recursos naturais. O que se pretende? Estimular atitudes focadas no desenvolvimento sustentável que garantam a qualidade de vida no campo e nas cidades”<sup>4</sup>

Em parceria com empresas privadas localizadas no município de Uberlândia, a escola Leandro já participou do “Algar Lê”, projeto do instituto Algar, de incentivo à leitura, desenvolvido em toda a rede municipal de educação de Uberlândia.

E também do Clube da Árvore, projeto de responsabilidade social empresarial da Souza Cruz, especificamente neste projeto:

*(...)Recebíamos cartilhas, livros, brindes para os alunos, jogos, bola, folders, semente pra poder construir viveiros. A idéia era trabalhar com aquela temática (plantio de árvores), e geralmente eles privilegiavam aquelas espécies nativas da região. E aí eles mandavam as sementes, até os saquinhos, pra gente fazer as mudas. E a idéia era depois a gente*

---

<sup>4</sup>Os objetivos do programa foram retirados da página virtual, disponível em: <http://www.programasemeando.org.br/Content.aspx?Code=809&ParentCode=806&ParentPath=None&ContentVersion=C>. Acesso 29/09/2010.

*transplantar essas mudas, cuidar destas sementes, na fase dela da muda, até ela poder ser transplantada (Trecho da entrevista com a supervisora Rosa).*

E ainda o Projeto Jogo Limpo, uma parceria entre a ONG OPA – Organização para a Proteção Ambiental, a Caixa Econômica Federal e a Prefeitura de Uberlândia, com a temática lixo e reciclagem. Este, no entanto, segundo Rosa, foi só um trabalho de sensibilização, já que não conseguiram dar seguimento à proposta.

*(...) E a gente teve uma parceria com o Jogo limpo, da caixa, OPA, só que assim, ficou mais só mesmo na sensibilização e no trabalho com o material que eles trouxeram pra nós, mas infelizmente não teve como, assim... não deu andamento. Porque uma das propostas era a gente implantar a reciclagem do lixo. Mas não foi possível, primeiramente, até que a questão das gongonas pra colocar o lixo dava pra fazer, se não conseguíssemos. Aí esbarrava num local seguro pra guardar esse material, e alguém pra vir aqui buscar num caminhão. Aí começou a esbarrar nessas dificuldades e não caminhou. (Trecho da entrevista com a supervisora Rosa).*

Sobre as adaptações curriculares e de PPP para atender aos alunos, Rosa afirma que não possuem nada estruturado, que iniciativas isoladas por parte dos professores acontecem. Os projetos multidisciplinares são momentos importantes em que se tem espaço para trabalhar as questões relacionadas ao cotidiano dos alunos, como ela expressa em sua fala:

*(...) É assim, nos conteúdos os professores procuram partir da realidade do aluno, mas a proposta curricular é a mesma, é a do município. Mas nos planejamentos a gente tenta dar a cara da escola, por mais que às vezes a gente não consiga atender a todas as necessidades, a gente tenta fazer isso no dia a dia, na questão metodológica. E um momento que eu acho que a gente traz isso bastante também são nos projetos multidisciplinares. Eu lembro que em uma das feiras eles fizeram um trabalho sobre biodigestor. Porque existem biodigestores aqui na região, tem as granjas, e foi muito interessante porque eles que foram atrás, iam a fazendas que tinha, e pegavam o manual lá na fazenda, traziam. Então a gente vê que aquilo ali é da vivência deles, que eles vão lá na fazenda viam aquilo ali, não sabiam muito bem como funcionava, e a partir daquele momento ele teve oportunidade de conhecer, ele fez a maquete, explicou (Trecho da entrevista com a supervisora Rosa)*

## **2.1 Projetos da Escola do Moreno**

A escola do Moreno, pela proximidade com o centro urbano, com uma usina hidrelétrica gerenciada pelo Consórcio Capim Branco e com o Parque Estadual do Pau Furado, uma importante reserva ambiental do cerrado, é procurada frequentemente por empresas com interesses em desenvolver projetos de educação ambiental. Sobre os projetos em parcerias com empresas, Dália relatou na entrevista que estes são

desenvolvidos esporadicamente, principalmente com o consórcio Capim Branco e com o Parque Estadual do Pau Furado, que de tempos em tempos procuram a escola.

Tais parcerias foram consideradas difíceis porque são passageiras, não havendo um comprometimento das empresas com o projeto político pedagógico da escola.

*(...) Não, eles assim... O projeto que a gente tem aqui é temporário, não um projeto de longa data não. Tem o parque aqui do Pau furado. Então o rapaz lá do parque sempre vem na escola pra gente fazer projeto juntos, então, até o da horta ele tava escrevendo. Teve este ano, nós trabalhamos com a ave cinzenta, aí os meninos participaram, mas foi assim, temporário, foi curto, nos trabalhamos uns 15 dias no projeto. Aí eles vem, desenvolvem e vão embora. Porque a intenção é que esses meninos tenham uma relação com o parque, principalmente porque eles moram aqui perto, pra tá ajudando a preservar, tudo, e eles gostaram de participar. Então esses projetos, assim, rápido, a gente até que faz. Com o Capim Brando mesmo é mais... Capim Branco também já veio esse ano, mas também é rápido, pontual, não é assim o ano todo não. (Trecho da entrevista com Dália).*

A escola do Moreno já possuiu uma horta patrocinada pela empresa Cargill, que era utilizada no trabalho pedagógico com os alunos. Mas a empresa retirou o apoio ao projeto alegando corte de gastos e a escola não pôde dar continuidade. Hoje existe uma pequena horta cultivada pelos funcionários.

Dália chamou a atenção para a necessidade dos professores envolvidos com a escola do campo se reunirem para pensar o currículo que será aplicado nessas escolas. Atualmente os professores fazem adaptações cada um segundo a sua compreensão, não é um trabalho coletivo.

*(...) o PPP é feito dentro da nossa realidade, agora o currículo em si a gente trabalha com os professores mesmo, pra trazer pra realidade do aluno dentro da sala de aula. O currículo é feito pelo CEMEPE<sup>5</sup>, que faz para todas as áreas, não é aqui pela escola. Tem discussão dos professores lá, mas é assim, é o que eu falo pra eles, a discussão tem que estar entre os professores que estão na zona rural.(...) É por isso que eu acho que a discussão do rural tem que ser dentro do rural (Trecho da entrevista com Dália).*

No momento da realização da entrevista não havia nenhum projeto extracurricular em desenvolvimento na escola.

### **2.3 Projetos da Escola Dom Bosco**

---

<sup>5</sup> CEMEPE – Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais Julieta Diniz. Espaço de aprimoramento teórico-prático, que promove a capacitação continuada dos profissionais do Sistema de Ensino.

A escola Dom Bosco já desenvolveu projetos em parceria com empresas privadas, como o da ABC Algar, o “Algar Lê”, que teve duração até 2008 e foi desenvolvido em toda a rede municipal de educação e não se configura como projeto específico para o campo.

Participou também em projetos culturais da ONG Emcantar, que estimularam, através de linguagem musical, a reflexão sobre a relação homem e natureza.

Como projeto com cunho específico para a zona rural, até 2008 acontecia na escola o projeto Beija-flor, um projeto de educação ambiental desenvolvido por uma professora, que tinha liberação para isso na prefeitura, neste eles cultivavam uma horta, desenvolveram oficinas de fabricação de sabão, etc. O projeto acabou devido ao falecimento da professora que o coordenava.

*(...) Tinha o projeto beija-flor que aí trabalhava com as crianças, horta, a professora fazia trabalho com eles de fabricação de sabão, pra reaproveitar o óleo pra não danificarem o ambiente, e fazia o trabalho de preservação do meio ambiente, só que aí ela faleceu né. Era uma professora destinada pra isso, aí a gente conseguiu na prefeitura a liberação. Porque todo professor que vai trabalhar num projeto a gente tem que entrar com o projeto e a prefeitura liberar. Então o que tinha de específico da zona rural era essa, trabalhava o meio ambiente, reaproveitamento dos resíduos da casa deles, aí eles traziam o óleo, eles aproveitavam e ensinavam as mães (Trecho da entrevista com Acácia).*

Destaca-se a relevância deste trabalho de educação ambiental por relacionar uma questão da vivência diária dos alunos com a preservação do meio-ambiente, o tratamento dos resíduos de óleo para fabricação de sabão, uma prática cultural muito antiga da humanidade que pode ser resgatada e incentivada através da escola.

No momento da realização da entrevista não havia nenhum projeto extracurricular em desenvolvimento na escola.

## **2.4 Projetos da Escola José Marra da Fonseca**

No ano de 2007 aconteceu na escola o Projeto “Saúde no Campo”, uma iniciativa da Prefeitura Municipal de Uberlândia, que teve o objetivo de capacitar o professor da zona rural para que ele possa ser um multiplicador das ações de prevenção, promoção e proteção à saúde da população do campo<sup>6</sup>. Foram ministradas palestras nas escolas com temas diversos como higienização, verminose, gravidez na adolescência,

---

<sup>6</sup> Informações retiradas do site da prefeitura. Disponível em: <http://www.uberlandia.mg.gov.br/noticia.php?id=120>. Acesso 27/09/10.

doenças respiratórias, orientação nutricional, imunização, sexualidade, saúde bucal, valores morais e civismo. Através do site da prefeitura constatamos que este projeto foi desenvolvido em todas as escolas municipais rurais do município, porém, por algum motivo ele não foi citado nem durante as entrevistas e nem nos Projetos Políticos Pedagógicos nas demais escolas que participam desta investigação. Levantamos a hipótese de que ele não foi citado por ter sido um momento pontual em cada escola, um dia de palestras que pode não ter representado uma relevância significativa nestas instituições.

Não há nenhum registro de projetos de empresas desenvolvidos em parceria com a escola.

Cada professor trabalha os conteúdos relacionados ao distrito, à zona rural e ao trabalho no campo, de forma independente em suas respectivas turmas. Então, da mesma forma que nas demais escolas investigadas, não existe um projeto organizado, dentro do programa da escola, que seja destinado especificamente ao trabalho e à vida no campo.

Neste sentido a diretora Azaléia relatou que desenvolveu há alguns anos, com os alunos da quarta-série, um censo do distrito de Cruzeiro dos Peixotos, classificando os moradores por idade, sexo, etc. Neste trabalho os alunos saíram de porta em porta colhendo as informações e depois estruturaram dados em textos e tabelas. Este trabalho pode ser considerado um exemplo interessante de atividade que leva os alunos a descobrirem o lugar onde eles vivem.

Não havia nenhum projeto extracurricular em desenvolvimento quando realizamos a entrevista.

## **2.5 Projetos da Escola de Sobradinho**

A escola participou do Projeto Jogo Limpo desenvolvido pela prefeitura municipal, a ONG OPA, e a Caixa Econômica Federal. O foco é a educação ambiental, através do manejo do lixo e da reciclagem. A escola participou também do Programa Semeando (Faemg e Senar Minas).

A escola de Sobradinho desenvolve uma horta em parceria com os motoristas do transporte escolar. Durante o horário vago que os motoristas passam na escola, cultivam a horta. Esta produção serve tanto para eles quanto para a escola e para quem mais queira. Existem alguns alunos que se prontificam também para este trabalho.

Durante a entrevista, quando indagada sobre a adequação do PPP da escola à realidade da zona rural, a diretora Margarida afirmou que a escola adequa as atividades que são realizadas na escola à vida dos alunos. Então, eles seguem o mesmo currículo, que é geral, comum às escolas da rede municipal de ensino de Uberlândia, mas realizam de forma coletiva projetos extracurriculares que buscam envolver toda a comunidade, dando espaço para a escola se envolver nas questões cotidianas dos alunos.

A concepção de Margarida com relação à adequação da escola à realidade nos pareceu interessante porque ela deixa claro, a necessidade de conhecer o meio onde vivem estes alunos, suas relações familiares, e também pensa em formas que a escola pode se comprometer com a transformação desta realidade. À medida que a escola se dispõe a conhecer e a se relacionar com a comunidade, esta responde participando mais ativamente das atividades escolares.

Os seguintes trechos demonstram a reflexão de Margarida sobre a postura da escola e as transformações que podem gerar nesta relação de troca entre escola e pais:

*(...) Quando eu formei, eu fui dar aula numa escola e comecei, a família é o papai, a mamãe, o vovô, aí um aluno falou, Tia, o meu pai foi no banco ele pegou todo o meu dinheiro, ele roubou tudo, minha mãe falou que não é pra eu gostar dele, e o outro falou, eu nem sei quem é meu pai, vai tanto homem lá em casa. Eu falei, gente, o que que eu to fazendo aqui. Eu fiquei chateada porque quem coordenava o curso tinha que ter me orientado, que família não era isso. Então não adianta você vir com papel bonito aqui, porque eles vão questionar. Então a gente procura adequar tudo à realidade dos meninos. (Trecho da entrevista com Margarida)*

*(...) Hoje de manhã, nós temos um aluno que mora no anel viário, sabe? Fica numa fazenda ali. Tem quatro dias que o menino não vem na aula, eu fui lá pessoalmente, o pai ta com pé quebrado, ta todo machucado, porque bebe, e o menino tinha ido buscar feijão lá no gramado, a pé. Então assim, eu fui atrás pra saber o que que tava acontecendo. Ele disse que eu posso ficar tranqüila que amanhã ele vem, então eu vou esperar amanhã, se ele não aparecer eu vou lá de novo, vou buscar. Mas eu não ameaço, se o menino não vier eu vou pro conselho tutelar... Chego pra conversar numa boa. (Trecho da entrevista com Margarida)*

### **3 CONTRADIÇÕES SOCIAIS NO CAMPO E O DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA-MG**

Como pode ser percebido, há uma ausência de um projeto estruturado nas escolas que seja direcionado para a realidade da escola rural, por mais que as entrevistadas considerem a necessidade desta elaboração e os professores, cada um ao seu modo, façam adaptações dos conteúdos nas salas de aula. O espaço da formação



diferenciado, com temáticas que podem estar relacionadas ao campo, mas que também não são específicos destes, é suprido de forma precária por entidades públicas (Faemg, Senar Minas, Caixa Econômica Federal), privadas (Algar, Cargill, Souza Cruz, consórcio capim Branco) e pelas ONG's (OPA, IAT).

Destacamos que estes projetos desenvolvem geralmente temáticas relacionadas à preservação do meio ambiente, que não são específicas do meio rural, como por exemplo, o projeto “Água Viva”, da escola Leandro, que tratou da preservação dos recursos hídricos e o Jogo Limpo, que desenvolveu sobre a importância da reciclagem do lixo. Discutiremos em detalhes mais à frente como os projetos ambientalistas/ecologistas estão inseridos numa lógica que reduz a questão ambiental às ações individuais, enquanto na verdade as maiores causas das degradações ambientais estão inseridas na lógica de produção e de consumo capitalistas.

As escolas rurais de Uberlândia se inserem no contexto de modernização do campo brasileiro, e neste sentido, a vida social do campo e conseqüentemente as escolas do campo passam por um intenso processo de urbanização que foi analisado por Leite (1996). Cabe-nos apontar aqui para a ausência de projetos, seja dos órgãos privadas ou públicas, que estejam comprometidos com a transformação das dificuldades enfrentadas no campo, por uma questão de modelo de desenvolvimento que prioriza o moderno, amplamente relacionado ao urbano, e recrimina o atrasado, que se relaciona ao modo rural de vida. Portanto, quais são estas especificidades sociais encontradas no campo diante deste modelo de desenvolvimento?

A população do campo vive situações concretas particulares que são fruto das contradições sociais deste espaço construídas sócio – historicamente. Ao mesmo tempo em que o meio rural ocupa uma parcela importante na sustentação econômica brasileira, os camponeses, que garantem essa produção e que vivem do trabalho na agricultura e pecuária, sob formas diversas de contrato de trabalho ou como pequenos produtores, sobrevivem em condições precárias, com baixos salários e dependentes de serviços adaptados, que desvalorizam sua cultura e seus saberes (ARROYO, 2007).

Os determinantes econômicos nos auxiliam a compreender o baixo interesse na elaboração de políticas públicas de educação direcionadas à população do campo, já que é inerente ao sistema capitalista a criação de novos setores da economia, sendo que o rural é considerado apenas como mais um espaço de produção de mercadorias (ORTEGA, 2008). A lógica de reprodução do capital desconsidera os aspectos do

ambiente social e natural, de reprodução da vida, como um território ocupado por indivíduos e sua coletividade.

Dentre os principais problemas sociais relacionados à pobreza, particularmente no campo, destacamos a falta de serviços básicos, como saneamento, as baixas taxas de alfabetização e escolaridade da população, os baixos rendimentos dos trabalhadores rurais assalariados, e também os índices elevados de conflitos e violência no campo como a criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária.

O acesso a bens básicos como esgotamento sanitário, filtro de água, coleta ou tratamento adequado do lixo, trabalho e escolarização interfere diretamente nas condições de saúde da população. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios–PNAD 2004, a maioria dos residentes nas zonas rurais brasileiras não tinha acesso a alguns bens públicos fundamentais como abastecimento de água, esgotamento sanitário e telefone público. Apenas 21% e 20% destes domicílios, respectivamente, apresentam situação adequada de água e esgotamento sanitário. O número de residências atendidas por energia elétrica aumentou consideravelmente se comparado com os dados da PNAD de 1996, que era de 66,9%, passando para 82% em 2004, fato que está relacionado à implementação do programa de eletrificação rural do governo, “Luz para Todos”, em 2003. A situação fica mais grave se compararmos o oferecimento dos serviços na área urbana com a rural, por exemplo, enquanto 90% dos domicílios urbanos têm abastecimento de água com tratamento adequado, no campo, só 21%. E somente 20% dos domicílios rurais possuem fossa séptica ou rede coletora de esgoto, enquanto o índice na zona urbana é de 78% para este serviço (PNAD, 2004).

Esta condição de abandono dos trabalhadores do campo pelas políticas governamentais, no entanto, não é recente na história do nosso país, remontando ao nosso modelo de colonização e de desenvolvimento nacional.

O personagem Jeca Tatu<sup>7</sup>, de Monteiro Lobato, ilustra a pobreza do trabalhador rural, caboclo do interior de São Paulo, acometido pela ignorância e por doenças. Anos depois Monteiro Lobato pede desculpas ao Jeca, por tê-lo chamado de preguiçoso, tendo contribuído para uma ilustração pejorativa do caipira, atrasado:

Eu ignorava que eras assim, meu caro Tatu, por motivo de doenças tremendas. Está provado que tens no sangue e nas tripas um jardim

---

<sup>7</sup> Jeca Tatu é personagem do livro de contos *Urupês*, de Monteiro Lobato, lançado em 1918.

zoológico da pior espécie. É essa bicharia cruel que te faz papudo, feio, molenga, inerte. Tens culpa disso? Claro que não. Assim, é com piedade infinita que te encara hoje o ignorantão que outrora só via em ti mamparra e ruindade. Perdoa-me, pois, pobre opilado, e crê no que te digo ao ouvido: és tudo isso que eu disse, sem tirar uma vírgula, mas inda és a melhor coisa que há no país. Os outros, que falam francês, dançam o tango, pitam havanas e, senhores de tudo, te mantêm neste geena dolorosa, para que possam a seu salvo viver vida folgada à custa do teu penoso trabalho, esses, caro Jeca, têm na alma todas as verminoses que tu só tens no corpo (LOBATO, 1923, p.10-11).

Dessa forma ele denuncia o descaso e o abandono do trabalhador rural brasileiro pelo poder público. Produzido em 1920, este texto refletia a situação de pobreza do campo e influenciou um movimento de promoção de medidas de saneamento básico e saúde à população, o que era também uma necessidade própria do desenvolvimento capitalista do país. No entanto, a situação da atenção básica à saúde no campo (saneamento, água potável) ainda se encontra longe dos níveis ideais, e se comparada aos serviços oferecidos na cidade há ainda uma distância considerável. A situação fica mais precária ainda se compararmos com a porcentagem de domicílios atendidos pelos serviços básicos no Nordeste.

Outros personagens, como Mazzaropi (personagem do cinema produzido pelo diretor homônimo) e Chico Bento (das histórias em quadrinhos de Maurício de Souza) ilustram a representação de que o morador do campo, o caipira, é inadequado ao convívio urbano, não gosta de tomar banho, veste-se mal, fala errado, enfim, é intelectualmente limitado.

Podemos citar como exemplo de como esta concepção ainda permanece arraigada nas ações compensatórias que são desenvolvidas no meio rural, o Projeto “Saúde no Campo”, desenvolvido pela prefeitura municipal de Uberlândia em várias escolas rurais e relatado para nós pela escola José Marra. Parece que este projeto considera as doenças enfrentadas pelo morador do campo como resultado exclusivo de seus comportamentos inadequados de higiene por falta de conhecimento. Por isso, o projeto promove palestras de higiene pessoal, sexualidade, valores morais e civismo, e não desenvolve ações para dar melhores condições de trabalho, de renda, relacionadas à gênese da produção dos problemas de saúde do campo.

### **3.1 Uberlândia – o ideário de progresso e os conflitos do campo**

O município de Uberlândia se localiza na região do Triângulo Mineiro, parte extremo oeste de Minas Gerais e agrupa 64 municípios distribuído entre as microrregiões, Uberlândia, Uberaba, Patrocínio, Patos de Minas, Frutal, Araxá e Ituiutaba. É considerada a segunda maior cidade do estado e a décima maior cidade não-capital do país em termos populacionais. Um fator importante para compreender seu desenvolvimento é a localização na malha rodoviária de ligação entre o centro político do país (Brasília) e o econômico (São Paulo). Com isso, a cidade conquistou historicamente uma política industrial mais ousada e a constituição de outras estratégias de desenvolvimento urbano, fundamentalmente a partir da década de 1970, que a levariam para um nível de crescimento bastante superior ao de outras cidades da região. Pois, a partir dessas ações, desencadeou-se um dinâmico processo de estruturação de uma cidade complexa, amparada não só pela força agroindustrial, mas também pelas intensivas necessidades de um setor de serviços que retroalimentou o crescimento urbano. Assim, se desenvolve na cidade um setor de serviços que sobrepõe aos demais. A relevância do município como entreposto comercial é evidenciada por sediar um dos maiores atacadistas da América Latina, o grupo Martins.

O setor de agropecuária ocupa apenas 2,46 % do total do PIB do município, enquanto o setor de indústria (27,61%) e de serviços (69,93%) (Uberlândia: painel de informações municipais – 2009). No entanto, é conferido destaque à agropecuária porque diversas empresas de outros ramos se organizam no entorno desta. Assim, diversas empresas que se localizam em Uberlândia não são categorizadas como “agropecuária”, mas estão de alguma forma, relacionadas a este setor. O que é demonstrado pela participação destas nas exportações do município. Verificamos que dentre as principais empresas exportadoras do município estão: Souza Cruz, empresa do ramo de fumo e cigarros; a Granja Planalto, do ramo de alimentos; Resinas Tropicais, empresa de extração de resina natural de Pinus; Monsanto do Brasil, ADM do Brasil, AWB Brasil, Multigrain, Cargill, ABC-INCO, todas do ramo de produtos para a agricultura – alimentos, sementes transgênicas, fertilizantes, agrocombustíveis e produtos químicos; Cooperativas de agricultores e Bertin S.A. empresa de proteína animal (Uberlândia: painel de informações municipais - CEPES, 2010).

Destacamos assim, a importância do agronegócio na região, e em contrapartida os desafios apresentados para a sustentação da agricultura familiar. A desvalorização da agricultura familiar frente ao agronegócio é comum a todas as regiões brasileiras e decorre de políticas para a agricultura desiguais evidenciadas pelo fato do país, conta

com dois ministérios para a agricultura, com ações contraditórias: um para o agronegócio (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) e outro para a agricultura familiar (Ministério do Desenvolvimento Agrário).

A reestruturação produtiva no campo, com a exigência de aquisição de máquinas, sementes melhoradas, adubos, agrotóxicos, acirraram a condição de subordinação dos pequenos produtores, dependentes das linhas de crédito, dos atravessadores, das indústrias. Assim, o investimento público através de linhas de crédito e incentivos fiscais dá mais sustentação às empresas privadas agroindustriais do que aos produtores da agricultura familiar.

Uma expressão deste binômio - agronegócio de ponta e agricultura familiar precária – é a disseminação dos conflitos por terra existentes em toda a extensão do Triângulo Mineiro. De todas as áreas rurais ocupadas por organizações de trabalhadores no estado de Minas Gerais, registradas pelo INCRA-MG durante os anos de 1999 e 2001, que somam 162 ocupações, 113 ocorreram no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Segundo Gomes (2004) a ofensiva do capital é acompanhada por uma organização dos trabalhadores rurais nos movimentos de luta pela terra, que defendem a necessidade da Reforma Agrária para eliminar as desigualdades sociais do campo.

Além dos impactos sociais da expansão da agroindústria na região, representados pela precarização do trabalho no campo, o êxodo rural e os conflitos por terra, destacamos os impactos ambientais provocados sobre o cerrado. O bioma predominante na região, que é o cerrado, está sendo destruído aos poucos para dar lugar às monoculturas de cana-de-açúcar e de grãos. A expansão do setor sucroalcooleiro no Triângulo Mineiro na última década, como resultado da política governamental de incentivo à produção do etanol, têm acarretado transformações na paisagem, no clima, na fertilidade do solo, com extensas áreas destinadas ao plantio de cana-de-açúcar, e também nas relações de trabalho do campo<sup>8</sup>.

#### **4 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CAPITALISMO**

A categoria do desenvolvimento sustentável foi destacada na análise dos projetos extracurriculares por se relacionar com os conteúdos trabalhados através das

---

<sup>8</sup> Sobre esta questão consultar o trabalho: PREVITALLI, F. S. et al. **Reestruturação Produtiva, Trabalho e Educação: O Caso da Agroindústria Sucroalcooleira na Região do Triângulo Mineiro/MG, Brasil a partir da década de 1990.** In: XXVII Congresso ALAS, Buenos Aires, 2009.

parcerias das escolas. Consideramos necessária uma problematização crítica do limite destas concepções no enfrentamento da crise ambiental que se coloca na atualidade.

Dentre os projetos apresentados, o Programa Semeando (Senar, Faemg), tem como objetivo contribuir para a formação ambiental dos estudantes, desenvolvendo valores da cidadania, da preservação e da utilização racional dos recursos naturais, e estimulando atitudes focadas no desenvolvimento sustentável. O Clube da Árvore (Instituto Souza Cruz) é um projeto de educação ambiental voltado à conscientização da preservação das riquezas florestais brasileiras. O Jogo Limpo (Caixa Econômica Federal, OPA e Prefeitura) tem o objetivo de adotar posturas responsáveis na escola, na comunidade e em casa, que levem a interações construtivas, justas e ambientalmente sustentáveis.

Estas participações mostram que é cada vez mais comum o desenvolvimento por parte das empresas privadas de projetos relacionados à preservação ambiental, principalmente por aquelas que possuem atividades com sérios impactos ao meio ambiente.

Gadotti (2000), ao analisar o conceito de sustentabilidade, retoma sua origem, datando da Assembléia Geral das Nações Unidas de 1979, quando o termo foi utilizado pela primeira vez para indicar que o desenvolvimento poderia ser um processo integral que inclui dimensões culturais, éticas, políticas, sociais, ambientais, e não só econômicas.

No entanto, a principal crítica que faz a este conceito consiste na impossibilidade do desenvolvimento econômico com uma suposta sustentabilidade ambiental.

As pessoas fazem de conta que seria possível erigir, no plano nacional, uma economia que poupa o meio ambiente, é eficiente e voltada para o futuro, e que, simultaneamente, corresponda às restrições orçamentárias do fordismo internacional (ALTVATER, 1995 p.282).

No final de 2009, em Copenhague, ocorreu a 15ª Conferência das Partes (COP15), encontro considerado o mais importante da história recente dos acordos multilaterais ambientais e que teve como objetivo estabelecer o tratado que substituirá o Protocolo de Quioto, vigente de 2008 a 2012. O Protocolo de Quioto é o resultado de debates sobre a necessidade de compromissos mais rígidos por parte dos países capitaneados pela Nações Unidas, de redução da emissão dos gases que agravam o efeito-estufa, como discutido na ECO-92, no Rio de Janeiro.

Foram diversas as polêmicas em torno da necessidade de redução dos índices de poluição na conferência de Copenhague. Por trás da resistência dos países economicamente avançados em assumirem compromissos com a redução da emissão de poluentes, está o fato de a produção industrial ser a principal responsável pelos problemas ambientais do planeta, já que esta demanda grandes montantes de recursos naturais (que são transformados em energia ou outras formas de matéria-prima nas indústrias). Portanto, a redução dos níveis de poluição se traduz numa menor produção industrial e conseqüentemente na diminuição do crescimento econômico. Fato que não está nos planos de nenhuma nação que pretende se manter no topo do imperialismo mundial, principalmente depois da grave crise econômica mundial. Diante da presente crise, para os Estados Unidos, país de onde ela eclodiu no final de 2008, e ressoou com grande intensidade, assumir a redução da produção industrial pela preservação ambiental vai completamente contra as necessidades capitalistas de recuperação da economia.

Somos, pois, confrontados à existência e às ações ofensivas e defensivas de um extremamente poderoso "bloco de interesses" de grupos industriais com forte intensidade poluidora. Sua constituição é o resultado de mecanismos de centralização e de concentração do capital que resultaram na formação de alguns dos mais poderosos oligopólios mundiais, erguidos ao redor de indústrias como o automóvel e o petróleo, sendo que esse último tem interesse estratégico e militar para os países imperialistas e europeus. (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p.25 )

Porém, os ambientalistas alertam que o ritmo acelerado de produção de necessidades e de novos valores de consumo tem como conseqüência imediata o aumento de resíduos poluentes, com vários impactos negativos sobre o meio ambiente e as relações humanas. O aumento da temperatura global, por exemplo, causado pelo efeito estufa, já é sentido pela população de diversas formas (aumento do nível das marés, chuvas torrenciais em determinadas regiões combinadas com longos períodos de estiagem em outras) (GADOTTI, 2000).

Sob a ótica do capital os valores do mercado são postulados inabaláveis, verdades incontestáveis que devem ser seguidas, a despeito de todos os males que causam ao meio ambiente, da pobreza e da miséria vivenciada por milhares de pessoas, enquanto uma minoria é privilegiada pelo desenvolvimento econômico, intrinsecamente desigual. O americanismo, o "*American way of life*", ou estilo americano de vida, dita aos americanos e a todas as nações que pretendem ser desenvolvidas, um padrão de consumo e de necessidades que deve ser mantido e defendido por todo cidadão, através

de seu trabalho duro. E isto é incoerente com a criação de metas internacionais de redução de poluição, por isso os Estados Unidos se apresentaram resistentes às metas debatidas na COP15, de redução de emissão de dióxido de carbono (gás que produz o efeito estufa), e não fecharam nenhum acordo que ameaçasse suas metas de crescimento econômico. Uma nação que não se dispõe a rever seu padrão de reprodução da vida, não só internamente como também na maneira como se relaciona com os outros países, não pode se comprometer com a redução dos danos ambientais do planeta.

É um agravo a este fato a condição de exploração e dependência que os países pobres vivem com relação às grandes economias mundiais. Eles são, e dentre estes destacamos o Brasil e toda a América Latina, os mais afetados pelos danos ambientais. Portanto, aqueles que mais produzem e consomem os bens industriais, geram impactos ambientais que são sentidos de forma mais dura pelos que possuem piores condições econômicas. Isso porque as reações ambientais são globais, afetando todo o planeta, como por exemplo, o aquecimento global e as catástrofes localizadas, mas com causas globais, que afetam vários países e que encontram em cada um, condições econômicas de proteção distintas, que são sobretudo econômicas.

Os países “desenvolvidos” do hemisfério Norte – pressionados pela sociedade e pelo Estado a uma reforma ecológica – estariam exportando riscos para os países “subdesenvolvidos” ou “emergentes” do Sul. Aqueles processos mais consumidores de recursos naturais, mais geradores de poluentes e que se caracterizam por processos de trabalho mais insalubres e perigosos tenderiam a localizar-se em alguns locais: os que apresentam legislações ambientais e trabalhistas menos rigorosas; onde o aparato institucional de vigilância não tenha condições de fazer valer as políticas condensadas; em que a população e os trabalhadores estejam fragilizados pelas precárias condições de vida, e dispostos a “aceitar qualquer coisa” em troca de uma fonte de renda; onde a sociedade civil não esteja suficientemente informada e organizada para defender seus interesses (RIGOTTO ; AUGUSTO, 2007).

A exportação de “riscos” ambientais para os países do Sul se dá em virtude de um processo de mundialização do capital que passa a ocupar as questões ambientais. Chesnais e Serfati (2003) defendem a necessidade do debate sobre ecologia ser encarado como uma questão política e teórica de primeira grandeza pelos estudiosos marxistas. Neste sentido resgatam a centralidade da propriedade privada na regulação das relações capitalistas, o que é importante para compreender o processo de apropriação das questões ambientais pelo mercado.



O debate sobre o capitalismo e a questão ecológica, sobre a ótica marxista, deixou de lado até o presente momento questões fundantes como as relações de produção capitalistas são também, e de forma simultânea, relações de dominação, cuja reprodução e expansão se operam no quadro de relações imperialistas renovadas. Elas se fizeram fora da análise crítica das relações sociais fundadas sobre a propriedade privada e da demonstração de suas implicações cotidianas (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p.07 ).

Até mesmo os problemas criados pelas relações de produção e consumo das sociedades são transformados em “mercados”, em novas formas de acumulação capitalistas. São inventadas soluções-mercadorias: água potável engarrafada, os diversos produtos das indústrias da segurança e da despoluição, medicamentos, prisões, e ainda a decodificação do genoma os OGMs. O que, segundo Chesnais e Serfati (2003, p.05), “representam estratégias de dominação econômica e política sem precedentes em sua forma e seus objetivos, acompanhadas por ‘apostas’ tecnológicas cegas, de uma irresponsabilidade social total”.

Esta dominação política e econômica se dá em virtude da ampliação da apropriação privada dos bens naturais, da terra, da água, etc. Por isso Chesnais e Serfati (2003, p.40) colocam à análise marxista das questões ecológicas a necessidade do enfrentamento da propriedade privada. “É preciso combater, palmo a palmo, a questão das patentes, não somente as dos medicamentos, mas igualmente as relativas às sementes e, mais geralmente, todas que dizem respeito à apropriação da biosfera.”

Ao longo do desenvolvimento das forças produtivas, em virtude do ideal desenvolvimentista predatório, imperialista, grandes perdas mundiais aconteceram, justificando ditaduras e processos de colonização agressivos de algumas nações “contra” outras. “Os países do globo foram divididos entre desenvolvidos e subdesenvolvidos, remetendo-se sempre a um padrão de industrialização e de consumo” (GADOTTI, 2000, p. 60). O ideal de desenvolvimento econômico mundial levou ao aumento da miséria da violência e do desemprego em muitas nações que são exploradas para garantir os padrões de crescimento econômico de uma minoria.

Nesse quadro, o desenvolvimento sustentável é tão inconciliável quanto à transformação com ‘equidade’ defendida pela Cepal. Como pode existir um crescimento com equidade, um crescimento sustentável numa economia regida pelo lucro, pela acumulação ilimitada, pela exploração do trabalho, e não pela necessidade das pessoas? (GADOTTI, 2000, p. 61)

Hoje, a novidade consiste numa tomada de consciência da interconexão entre as destruições ecológicas e as agressões contra as condições de existência dos produtores,

que é um dos traços - na América Latina como na Ásia - dos movimentos camponeses contemporâneos (por exemplo, o movimento dos "sem terra" do Brasil). (CHESNAIS; SERFATI, 2003)

Fernandes (2001) situa que as conquistas sociais por melhores condições de vida são alcançadas pelos trabalhadores rurais no âmbito da disputa pela terra e nos conflitos do campo, que não podem ser dissociadas na luta contra o capital. Neste sentido, critica os intelectuais da cidade, que em seus gabinetes fazem propostas de desenvolvimento territorial rural sustentável, e que por vezes influenciam projetos governamentais, e privados, de educação ambiental, como os que estamos analisando. Tais projetos colocam os camponeses como observadores e retiram deles o protagonismo necessário às transformações sociais.

Cabe ao estado a definição de um modelo de desenvolvimento e a determinação de políticas às quais os trabalhadores deverão se interagir... Nesse sentido, qualquer forma de enfrentamento ao capital acontece apenas no campo da luta por resultados. Em outro projeto, os movimentos sociais, principalmente do MST, MPA e MAB<sup>9</sup>, têm como princípio para a perspectiva de luta o território da organização dos camponeses, onde seus planos políticos e econômicos de enfrentamento e de construção de novas referências (FERNANDES, 2001, p. 35).

Portanto, dentro da lógica capitalista, taylorista-fordista, em que o imperativo do lucro não pode ser ameaçado, a sustentabilidade se mantém condicional às estruturas econômicas. “O sonho de um capitalismo ecológico é insustentável”, afirma Altvater (1995).

Diante do exposto, desenvolver projetos de educação ambiental nas escolas do campo faz sentido quando a escola do campo também consegue questionar as instituições sociais “sacrossantas”, e questionar o modelo econômico que Altvater (1995) chama de evangelicano (evangélico + americano), da nova (des)ordem mundial.

Assim, a escola do campo pode ocupar um papel muito importante no desenvolvimento rural sustentável, desde que os projetos da escola como um todo levem em consideração a condição de precarização do trabalho no campo, os conflitos por terra, enfim, as condições sociais e ambientais que cercam a escola. E mais do que cercar, estes conflitos precisam entrar para a escola, serem explicitados por ela, com o objetivo de educar pessoas capazes de planejar estratégias para a resolução de tais problemas.

---

<sup>9</sup> MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores; MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para uma compreensão aprofundada do alcance dos projetos extracurriculares desenvolvidos nas escolas rurais de Uberlândia no enfrentamento das contradições da realidade rural, considerando as necessidades sócio-ambientais desta população, seria interessante que estes projetos fossem investigados, segundo seus objetivos, problematizando as intenções, implícitas e explícitas das entidades em promovê-los em parceria com as escolas. Para tanto indicamos a importância de uma metodologia de investigação que acompanhe o desenvolvimento destas iniciativas. Tal procedimento não foi possível durante nosso contato com as escolas, já que não havia nenhum projeto extracurricular em andamento.

Constamos que não há nessas escolas um projeto de formação para o trabalho no campo, que leve em consideração as contradições deste espaço. A Prefeitura se exime do papel da realização de uma formação específica para os professores atuarem na zona rural e não há uma elaboração curricular específica. A equipe da escola percebe a necessidade desta formação específica, mas não possui recursos para desenvolver uma proposta (curricular, pedagógica) alternativa. As organizações dos trabalhadores do campo, as comunidades do entorno, o Movimento Sem Terra, por exemplo, não conseguem se estruturar neste contexto, para ocupar a deficiência de formação e influenciar o Projeto Político Pedagógico da escola. Portanto, são desenvolvidas as parcerias com as empresas e ONG's, que buscam as escolas para o desenvolvimento de seus projetos que já estão elaborados e que fazem parte da política e das necessidades destas entidades, e não necessariamente das escolas.

Tais projetos são limitados quando são dirigidos por uma única pessoa, física ou jurídica, e não compõem a proposta educacional da escola. A falta de organicidade dos projetos de educação ambiental ou projetos direcionados ao trabalho no campo fica explícita quando teve seu fim relacionado ao falecimento da professora responsável (como relatado no caso da escola Dom Bosco), ou quando este deixa de ser interessante para a empresa que o promoveu (por exemplo, quando a Cargill retira o apoio ao cultivo de hortaliças da escola do Moreno).

As demandas de formação específicas para a atuação na zona rural foram apresentadas por várias entrevistadas que constataram, a partir de sua prática na escola, que as crianças do campo se diferenciam das crianças da cidade. Os momentos em sala

de aula são um espaço importante onde os alunos levam questões vivenciadas em seu cotidiano. Percebemos que cada professor procura explorar isto da sua forma, fazendo com que o cotidiano pedagógico não seja totalmente desvinculado da realidade de sobrevivência dos alunos. O trecho abaixo demonstra um exemplo de como a escola percebe que este é um caminho necessário para a efetividade do processo de ensino e aprendizagem, no entanto, enfrentam dificuldades para que esta proposta se efetive.

*(...) As granjas, que são muito presentes aqui na região, alguma parte sobre lavoura, criação de gado, ordenhas. Aqui também tem muitas fazendas que trabalham com gado leiteiro e gado de corte, os confinamentos. Então é muito legal porque tem dia que as pessoas falam assim, eu tava dando uma aula lá sobre o assunto X e os meninos me ensinaram tanto... mas porque é o trabalho deles, eles vão contar a experiência deles e o professor vai entrar num papel de dirigir, de estimular, de passar a ampliar esta visão que ele tem lá no trabalho dele, e se ele não trabalhar ainda, no mundo que ele vive, então eu acho que isso é interessante, embora a gente não tenha isso muito definido, muito claro nas propostas, nos planejamentos, mas a gente vê que na prática já tem se efetivado alguns trabalhos. A nossa intenção é montar a nossa proposta, é uma meta aí pra gente. E nessa proposta é um momento de repensar o nosso conteúdo e as metodologias, é um momento de inserir isso. São iniciativas para aproximar da vivência cotidiana deles (Trecho da entrevista com a supervisora Rosa).*

São importantes também os trabalhos manuais, relacionados à lida com a terra, como por exemplo, o cultivo de hortaliças, que é desenvolvido em algumas escolas, mas consideramos que estes devem estar vinculados a um projeto educacional de cada instituição, destinado a atender demandas de formação dos alunos, e construídos em conjunto com a comunidade. Desta forma eles deixam de ser iniciativas isoladas, de empresas ou das escolas e podem ser aprimorados de forma a contribuir com a elevação da qualidade de vida dos envolvidos.

O caráter oficial de projetos, como o “Semeando”, que possui um vínculo com o Estado, através do Senar, são interessantes à medida que podem se tornar permanentes na escola, com começo meio e fim, já que são projetos governamentais. O que permite uma avaliação constante e daí seu aprimoramento.

Tendo em mente a importância da escola na formação humana e cidadã, como espaço de transmissão de valores culturais produzidos historicamente pela humanidade, é importante conhecer qual a concepção de meio ambiente que estes projetos trabalham dentro da escola e como os alunos são levados a refletir sobre o meio que o cerca. É insuficiente tratar sobre a poluição das águas, o desmatamento, os animais em extinção,

em projetos e palestras isolados, sem nenhum comprometimento com a transformação do espaço em que estes alunos estão inseridos.

Pensamos em uma escola que estimule uma relação saudável com os recursos naturais, o que é compatível somente com a produção em pequena escala e diversificada, já que as monoculturas são as principais responsáveis pela degradação do solo e pela poluição das águas, sem falar no modelo de exploração do trabalho que em nada dignifica os trabalhadores envolvidos nesta produção.

Partimos do princípio de que a escola por si só não tem a capacidade de transformar esse estado de coisas do campo brasileiro. Entretanto as políticas educacionais podem estimular o desenvolvimento de relações mais saudáveis no campo, que sejam engajadas com a questão da produção e com todo o meio que circunda a escola, e assim têm condição de ser suporte para outras políticas de geração de renda e de correção das desigualdades sociais históricas brasileiras.

## **6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALTVATER, E. **O preço da riqueza** – pilhagem ambiental e a nova (des)ordem mundial. São Paulo: Editora Unesp, 1995.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Políticas de formação de educadores (as) do campo. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 27, n. 72, 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-32622007000200004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622007000200004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 07 Ago 2010.

CHESNAIS, F.; SERFATI, C. “Ecologia” e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas. **Crítica marxista**, n.16 p.39-75. Março de 2003. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/16chesnais.pdf> Acesso:27/09/2010.

**Uberlândia: painel de informações municipais – 2009**. Elaboração Álvaro Fonseca e Silva Júnior et. al. Uberlândia: UFU, CEPES, 2010.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo, Cortez, 2001.

GADOTTI, M. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Perirópolis, 2000.

GOMES, R. M. **Ofensiva do Capital e Transformações no Mundo Rural**: a resistência camponesa e a luta pela terra no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Uberlândia, 2004. Dissertação (mestrado).

LEITE, S. C. **Urbanização do processo escolar rural**. UFU. Uberlândia, MG: 1996 (Dissertação de mestrado).

LOBATO, M. **Urupês**. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia. Editores, 1923.

ORTEGA, A. C. A evolução das idéias de desenvolvimento. In: **Territórios Deprimidos**: Desafios para as políticas de desenvolvimento rural. Campinas, SP: Editora Alínea. Uberlândia, MG: Edufu, 2008, Cap.1, p.21-28.

RIGOTTO, R. M.; AUGUSTO, L. G. S. Saúde e ambiente no Brasil: desenvolvimento, território e iniquidade social. **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro, n. 23, Sup. 4, 2007.